

Custos humanos da desmobilização da força expedicionária brasileira (FEB): A Legião Paranaense do Expedicionário (LPE) e os feridos, doentes e mutilados da Segunda Guerra Mundial (1947-1956)

Dennison de Oliveira¹

Resumo: O texto é dedicado ao processo de reintegração social do ex-combatente no Brasil no período 1947-1956 baseando-se numa ampla base estatística e documental, de uma das mais importantes entidades da sociedade civil brasileira a se engajar no esforço de reintegração social dos veteranos da Segunda Guerra Mundial: a Legião Paranaense do Expedicionário (LPE). Neste texto são examinados as fichas individuais de atendimento à ex-combatentes, produzidas pela Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário (SA/LPE) referentes aos feridos, doentes e mutilados da Segunda Guerra Mundial. O foco é nos custos humanos da apressada desmobilização da Força Expedicionária Brasileira (FEB), com referência aos problemas de saúde enfrentados no pós-guerra por aqueles que sofreram os rigores e riscos à vida e à saúde na linha de frente.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; veteranos de guerra; reintegração social; assistência social; Legião Paranaense do Expedicionário

Abstract: This paper is dedicated to the process of social reintegration of ex-combatants in Brazil in the period 1947-1956 based on a broad-based statistical and documentary, produced by one of the most important Brazilian civil society organizations to engage in effort of social reintegration veterans of World War II: the Legião Paranaense do Expedicionário (LPE). In this text we examined the individual records of service to veterans, produced by the Assistance Secretary of the Legião Paranaense do Expedicionário (SA/LPE) for the wounded, sick and maimed WWII. The focus is on the human costs of hasty demobilization of the Brazilian Expeditionary Force (FEB), with reference to health problems faced after the war by those who experienced the rigors and risks to life and health in the frontline.

keywords: Second World War; veterans; social reintegration, social assistance; Legião Paranaense do Expedicionário

COSTS HUMAN OF DEMOBILIZATION BRAZILIAN EXPEDITIONARY FORCE: Legião Paranaense do Expedicionário (LPE) and the wounded, sick and maimed World War II (1947-1956)

¹ Doutor em Ciências Sociais. Professor Associado II, filiado aos programas de graduação e pós-graduação em história da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Os estudos sobre o processo de Reintegração social dos ex-combatentes desenvolvidos no Brasil em tempos recentes, principalmente aqueles produzidos por profissionais da disciplina da História, tem se voltado para o exame de questões como a aplicabilidade das leis de amparo aos veteranos de guerra, a luta pela empregabilidade, a continuidade ou início da vida escolar, atendimento médico e hospitalar, vida social e familiar, envolvimento político das associações de ex-combatentes, etc. Contudo, esses trabalhos – embora responsáveis por suscitar questões de mais alta relevância para os pesquisadores - até aqui não puderam contar com uma ampla, significativa e diversificada amostra de casos grande o suficiente para permitir conclusões que pudessem ser generalizadas (ROSA, 2010; NASS, 2005; SILVA, 2011; FERRAZ, 2012).

Com efeito, o processo de reintegração social tem sido entendido até aqui com referência à algumas dezenas de casos particulares, seja através de depoimentos orais, seja de memórias publicadas. O recente contato com o vasto, diversificado e valioso acervo de documentos e fontes históricas da LPE, até aqui desconhecido dos pesquisadores, permite lançar novas luzes sobre essas importantes questões.

A LPE surgiu menos de um ano após o fim da guerra, resultado da iniciativa de um reduzido grupo de veteranos da Campanha da Itália (1944-45). Em sua maioria eram oficiais da ativa e da reserva do Exército, que haviam lutado ou atuado com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O foco imediato da entidade desde seu início foi nas questões sociais e políticas envolvendo os veteranos da Campanha da Itália, a grande maioria dos quais foi abandonada à própria sorte pelo Governo Federal tão logo retornaram ao Brasil.

A assim chamada Casa do Expedicionário foi inaugurada em 15/11/1951 em Curitiba (PR). Sua construção foi resultado da iniciativa e determinação da LPE, e contou com o auxílio de órgãos públicos e privados, civis e militares, de entidades da sociedade civil, bem como de milhares de cidadãos da comunidade curitibana e de todo Brasil. Na sede própria da LPE quase todo espaço era ocupados por serviços sociais que oferecia aos veteranos de guerra, como atendimento médico, dentário, jurídico, administrativo, cultural, educativo, profissional, etc. Nada menos de dez cômodos no andar superior do edifício foram reservados para hospedar os ex-combatentes de outras cidades em trânsito pela Capital, geralmente em busca de atendimento médico (OLIVEIRA, 2011).

O objetivo deste artigo é, com referência ao universo de indivíduos atendidos pela SA/LPE, interpretar o processo de reintegração social dos ex-combatentes no período 1946-1960, no que se refere a uma questão específica: o tratamento das doenças, mutilações e ferimentos infligidos em campanha. É sabido que os febianos não foram submetidos a exames médicos ou psiquiátricos em seu retorno ao Brasil. O governo Vargas tinha pressa em desmobilizar e dispensar os febianos, tidos como potencialmente perigosos do ponto de vista político.

A pressa com que se articularam aquelas providências, pois que a ordem atribuída à FEB foi expedida no exato momento em que os primeiros elementos deixavam o Porto de Nápoles, revelava as preocupações do Governo numa propalada rebelião contra a ordem constituída, que se dizia em articulação no seio dos expedicionários, os quais pensavam mais em retornar ao convívio da família e da Pátria do que em reformas de caráter político, muito embora reconhecessem a necessidade de tal medida. (CASTELLO BRANCO, 1960, p.539)

Os indivíduos notoriamente incapacitados para o serviço militar foram encaminhados à Comissão de Readaptação dos Incapacitados das Forças Armadas (CRIFA), criada pelo Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945. Todos demais portadores de doenças não-diagnosticadas, ou mesmo doenças e ferimentos conhecidos, mas que se supunha teriam sido curados, foram devolvidos à vida civil às pressas e para sempre. O ônus histórico de comprovar incapacitação para a vida produtiva, quando no futuro fossem requerer pensões por invalidez ao governo, lhes foi imposto precisamente nesse momento. Nesse caso, o interessado deveria se submeter a exames pela CRIFA.

Um fator complicador da pesquisa sobre o processo de reintegração social dos ex-combatentes no Brasil diz respeito ao seu caráter não-institucional ou pouco institucionalizado. Esse é o principal motivo da inexistência de extensos acervos de fontes sobre o assunto. Em contraste, a experiência internacional na qual, via de regra, tal processo é uma política de Estado, a documentação sobre o processo de reintegração social é muito mais vasta, serial e de fácil acesso (PHILLIPS, 2009; EDELE, 2008).

O grau de institucionalização das políticas públicas voltadas para a reintegração social do ex-combatente tem uma relação direta com o estatuto da cidadania vigente em cada país. Por exemplo, a Guerra Civil Espanhola, tida como a mais cruenta do seu tipo na História Humana, legou milhões de ex-combatentes, mas somente os que lutaram pelo lado vencedor (Franquismo) é que receberam algum amparo do Estado Nacional Espanhol, situação que só

será revertida – e mesmo assim parcialmente - com a redemocratização daquele país (AGUILAR, 2000).

No Brasil o tema ainda desperta pouco interesse entre os pesquisadores, o que não deixa de ser surpreendente. Embora seja amplamente reconhecido, por exemplo, o impacto da Guerra do Paraguai sobre a mudança no padrão de atuação política do exército (COSTA, 1996), pouco ou nada se sabe – por exemplo - sobre as implicações políticas e sociais mais amplas do processo histórico de reintegração social dos seus ex-combatentes. Informações esparsas podem ser colhidas em diferentes obras, mas estas geralmente estão focadas nas transformações políticas e sociais que ocorreram tanto na instituição militar quanto no perfil dos indivíduos que a integram (DORATIOTO, 2002). Ainda é pouco conhecido o destino da grande massa de centenas de milhares de cidadãos brasileiros que lutou nesse que é, até hoje, a maior de todas as guerras travadas pelo país (GOMES, 2006).

A despeito disso, existe um relativo consenso na literatura disponível sobre o caráter socialmente injusto e politicamente ruinoso do abandono mais ou menos geral a que foram relegados os ex-combatentes da Guerra do Paraguai. De fato, não apenas aos indivíduos das classes mais baixas era imposto o ônus de defender a pátria no campo de batalha, mas a eles eram também negados quase que totalmente o amparo do Estado ao fim do conflito (MCCANN, 2007).

Em tempos recentes o tema da reintegração social dos ex-combatentes da II Guerra Mundial tem chamado cada vez mais a atenção dos pesquisadores. Afinal, trata-se de um conflito que legou um número significativo de ex-combatentes. Mais ainda, dentre estes se encontram indivíduos que vieram a se tornar quadros importantes da política partidária e institucional. A história e a memória dos eventos relativos à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial tem reconhecidamente um impacto substancial na cultura política do pós-guerra, e isso tem ajudado a atrair o interesse dos pesquisadores para o tema da reintegração social dos ex-combatentes (FERRAZ, 2012; PIMENTEL, 2011; VIANA, 2011; FERRAZ & LOCASTRE, 2008).

Embora valiosos enquanto portadores de contribuições pioneiras sobre o tema, não se pode deixar de notar que as interpretações históricas disponíveis até aqui do processo de reintegração social dos ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial ainda carecem de uma base empírica e documental mais ampla do que a proporcionada por depoimentos ou memórias individuais de ex-combatentes. Esta é a importância das fontes legadas pela LPE:

boa parte das informações nelas contidas são quantificáveis e passíveis de compor uma ampla base de dados relacional.

Cabe assinalar até que ponto o Paraná pode ser significativo para a história da FEB. Um bom ponto de partida é a proporção na qual indivíduos oriundos Estado do Paraná, área de atuação da LPE, participou tanto da FEB quanto da LPE. O efetivo recrutado no Estado do Paraná para ser enviado à luta na Campanha da Itália somava 1.542 indivíduos, ou 6,61% do total (MASCARENHAS DE MORAIS, 1947). Com a intensa migração interna para o Estado do Paraná durante o ciclo do café no segundo pós guerra, bem como graças ao crescimento urbano de sua capital e outras grandes cidades no norte do Estado, um número substancial de ex-combatentes que não eram naturais do Paraná acabaram por se filiar à LPE, elevando o número de seus membros a cerca de 2.500 indivíduos, o que resulta num percentual aproximado de 10% do total de militares que o Brasil enviou à Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

Em qualquer cenário, um estudo sobre a LPE sempre será relativo a uma parte – muito provavelmente a décima – dos ex-combatentes em seu esforço de reintegração social. Contudo, trata-se de uma parte cuja proporção em relação ao todo pode – ao contrário dos estudos até aqui disponíveis – pelo menos ser estabelecida. Ainda em contraste com os estudos disponíveis, trata-se de uma parte que, em que pese suas especificidades - tão vastas e tão numerosas que sequer podem ser mencionadas nos estreitos limites deste artigo - tem alguma expressão percentual em relação ao todo.

O conjunto de documentos mais importante até aqui encontrado nos acervos documentais da LPE diz respeito a coleção de Fichas Individuais de Atendimento a Ex-combatentes (1946-1962) da Secretaria de Assistência Social desta entidade. A Secretaria de Assistência Social da Legião Paranaense do Expedicionário foi criada para atender os pedidos de auxílio efetuados pelos ex-combatentes, sendo colocada a cargo de um diretor que, como os demais membros da diretoria, exercia um mandato de dois anos. A natureza e a variedade dos pedidos variavam imensamente. As informações sobre essas demandas eram sistematizadas em fichas individuais de atendimento, nas quais constavam dados de identificação do ex-combatente, o auxílio demandado e o assim chamado “histórico da solução”, onde constavam as providências tomadas para atender ao solicitado e os resultados obtidos.

A diversidade de pedidos incluía providências solicitadas à LPE no sentido de prover emprego, atendimento médico, obtenção e/ou manutenção de órgãos artificiais, compra de medicamentos, pedidos de notícias de parentes, assistência jurídica para fazer valer os direitos garantidos nas leis de amparo aos ex-combatentes, reintegração ao emprego ou a carreira militar interrompida, hospedagem, auxílio para abertura de pequenos negócios ou comércio, obtenção de empréstimos, financiamento para despesas fúnebres dos veteranos de guerra ou seus familiares, etc. Incluía também ajuda emergencial, como se nota nos pedidos de pequenas somas de dinheiro para comer, tomar banho, fazer a barba, comprar roupas ou sapatos, etc. Essas informações estão descritas livremente na face de cada uma das 836 fichas de atendimento a pedidos de ajuda de 719 diferentes ex-combatentes atendidos pela LPE ao longo de seus primeiros 13 anos.

É relevante observar que, embora diversificados e complexos, os dados presentes nessas fichas puderam ser sistematizados a fim de compor uma base de dados que tanto permitiu a quantificação desses processos quanto o estabelecimento de inter-relações entre suas componentes. Utilizando-se de uma planilha de cálculo Excel lançou-se os dados contidos nas fichas discriminados como segue: número da ficha, unidade da FEB a que pertenceu o pleiteante, município de origem, data do pedido, nome do pleiteante, se demandou órgãos artificiais, notícias de familiares, se pediu cigarro, corte de cabelo ou barba, sapato, medicamentos, exame médico, atendimento médico, perícia médica, indicação de emprego, carta de apresentação, se foi requerido o benefício das leis de amparo aos ex-combatentes e a necessária assistência jurídica para se montar os respectivos processos, se foi pedida isenção do pagamento de matrículas ou taxas escolares, reintegração ao serviço civil ou militar, auxílio funeral, auxílio financeiro, passagens de avião, trem ou ônibus, despesas de viagem, estadias, obtenção de original ou cópia de documentos, que doenças afligiam o solicitante, e, finalmente, se se foram pagas as quantias emprestadas à eles emprestadas pela LPE.

Raramente constavam informações sobre todos estes tópicos, mesmo os de identificação. Examinando a frequência com que aparecem os diferentes tópicos percebe-se que a ação mais recorrentemente exercida por parte da SA/FEB era mesmo atender aos pedidos de dinheiro por parte dos ex-combatentes. Em nada menos de 288 casos (18,95%) foi pedido dinheiro uma ou mais vezes. Alguns veteranos de guerra demandaram auxílios desse

tipo por vários anos à SA/LPE. O menor valor fornecido pela LPE a um veterano de guerra foi de sete cruzeiros, e o maior de nove mil cruzeiros, ao longo do período 1946-1960.

Uma dificuldade em se analisar esses dados diz respeito à atualização monetária, em especial se levarmos em conta a considerável inflação do período, por volta de 20% ao ano. Contudo, o exame da evolução do valor nominal do salário mínimo em cruzeiros para o período 1943-1960 pode fornecer alguma indicação: dez/1943 – 380; jan/1952 – 1.200; jul/1954 – 2.400; ago/1956 – 3.800; jan/1959 – 6.000; out/1960 – 9.600². Uma abordagem preliminar revela que os valores mais altos, da casa de nove mil cruzeiros, correspondiam na realidade a um máximo de oito salários mínimos ao tempo em que foram efetivamente pagos. Tratam-se de somas que se referem ao financiamento, no todo ou em parte, de despesas médicas tanto de ex-combatentes quanto de familiares destes.

Depois do auxílio financeiro o segundo tipo de pedido de ajuda mais frequentemente feito à SA/LPE foi de emprego. Foram 193 casos (12,70%) de veteranos de guerra pedindo alguma colocação, tanto em empresas privadas quanto no serviço público. Em alguns casos o requerente sequer especificava a natureza da função ou vínculo institucional desejado, com o de Jorge Alves Teixeira, natural de Antonina (PR). Ele era estivador no porto de Antonina (PR), analfabeto e, provavelmente em função de sequelas de doenças contraídas em campanha, demandava à LPE em 01/09/1947 que lhe conseguisse um “emprego mais leve”. As demandas de emprego no serviço público costumavam ser mais detalhadas. Numa fase mais adiantada do processo era o próprio interessado que informava à LPE inclusive onde havia vaga aberta para a função pretendida. Se bem que, em muitos casos, o requerente apenas fazia a LPE saber do seu interesse em ser aproveitado no serviço público.

Em terceiro lugar em ordem de importância aparece o tópico Atendimento Médico. Entendido em termos estritos as ações da SA/LPE relativas ao Atendimento médico somam 191 casos (12,57%). São números substanciais que, somados a outros itens correlatos ao que se pode considerar atendimento a saúde, constituem o impressionante total de 348 casos ou 22,89% de todas ocorrências.

De acordo com essa interpretação, mais de um quinto dos casos de veteranos atendidos pela LPE demandavam algum tipo de atendimento à saúde. Destes casos as perícias médicas, necessárias para compor os processos de reforma e obtenção de pensões somam 85 ex-

² Tabela de valores nominais para o salário mínimo pode ser encontrada em http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm Acessado em 14/04/2012.

combatentes (5,59%). Já o auxílio para compra de medicamentos foi concedido a 47 indivíduos (3,09%). Finalmente, o auxílio para realização de exames médicos foi prestado a 25 veteranos de guerra (1,64%).

O número é, com certeza, subestimado. Afinal de contas é um fato estabelecido que justamente os maiores valores em dinheiro cedidos pela LPE a veteranos foram justamente aqueles dedicados ao pagamento de despesas médicas. Tais somas foram dedicadas a custear cirurgias, internamentos e consultas, tanto dos ex-combatentes quanto de familiares seus. Mas nem mesmo isso completa o quadro dos recursos mobilizados pela LPE para atender as demandas relativas ao cuidado a saúde dos veteranos e familiares. Afinal de contas também houve o trabalho voluntário, em parte ou totalmente gratuito, de médicos e clínicas particulares, engajados na causa da reintegração social do ex-combatente, tema que não será desenvolvido aqui.

Dentre os indivíduos que demandaram atendimento médico vamos nos deter no exame daqueles portadores de doenças, ferimentos e mutilações comprovadamente adquiridos em campanha. Dentre estes se incluem tanto sequelas físicas (ferimento, doença, perda de sentido ou função, etc.), quanto psicológicas (neurose de guerra, perturbações mentais, etc.), ou ambas, havendo mesmo quatro casos desse último tipo. Tal amostra se refere a 46 indivíduos, que demandaram auxílio da LPE no período compreendido entre 1947 e 1956. Esse número equivale a pouco mais de 6% dos 719 indivíduos atendidos pela LPE no período estudado.

Diversas leis e decretos foram criados após o término da guerra para tratar dos portadores de doenças e ferimentos adquiridos em campanha. O primeiro deles foi o já citado Decreto-Lei nº 7.270, de 25 de janeiro de 1945 que promovia ao posto imediato e reformava os integrantes da FEB que adquiriram moléstia ou foram feridos em campanha. Em seguida surgiu o Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946 que também possibilitava a promoção ao posto imediato e a reforma de todos que contraíram doenças ou foram feridos em decorrência de sua participação nas operações militares. A estes seguiram-se os Decreto nº 26.992, de 1º de agosto de 1949, a Lei nº 288, de 8 de junho de 1948 e a Lei nº 776, de 8 de agosto de 1949. As sucessivas ratificações do direito à reforma e a promoção dos que adoeceram ou se feriram em campanha contidas nessas normas é um indicador da sua não-aplicabilidade na vida real dos veteranos de guerra (SANTOS, 2008). Daí a importância do exame das fontes legadas pela SA/LPE.

Os casos em que foram constatadas simultaneamente sequelas físicas e psicológicas se referem a quatro indivíduos (pouco mais de meio por cento do total), dois oriundos de Santa Catarina, um do interior do Estado do Paraná e outro presumivelmente de Curitiba (PR). O primeiro caso desse tipo a ser atendido pela LPE se deu em 28/08/1947. Antonio Melanski, que combateu no 1º. Regimento de Obuses Auto-Rebocados (1º. ROAR) apresentou sintomas de neurose de guerra e pé de trincheira. Não foi possível estabelecer em que data ocorreu o segundo caso de pedido de auxílio à LPE, o de Alcides de Matos, nem a unidade em que serviu. Ele apresentava sequelas de um acidente de jeep em campanha e sintomas de neurose de guerra. O terceiro caso é o de Antonio João Inácio que em 02/04/1948 pediu auxílio à entidade apresentando características de perturbação mental. Ele foi ferido em combate em Montese em 16/04/1945. A LPE notou que ele era analfabeto. Finalmente, o último caso desse tipo foi o de Alois Leitold que foi descrito como tendo sintomas de neurose de guerra e também reumatismo quando foi pedir ajuda à Casa do Expedicionário em 20/09/1952.

As sequelas exclusivamente físicas se referem a outros 27 casos (3,75% do total). Eles englobam danos a saúde advindos tanto de doenças adquiridas em campanha quanto da perda total ou parcial dos órgãos dos sentidos, geralmente a visão, quanto mutilações e ferimentos advindos de ação de combate. As doenças nem sempre são corretamente identificadas ou sequer descritas, mas pode-se contar pelo menos catorze casos claramente a elas associados.

O primeiro caso desse tipo a aparecer se deu em 07/06/1947. Tratava-se de Santo Menon. Não se conhece a unidade de que participou na FEB. Ao acolhê-lo a LPE não sabia do seu real estado de saúde, embora tenha notado que ele reclamava de “dores nas costas e no peito”. No mês seguinte a Legião atendeu em 01/07/1947 a José da Cruz Filho de Antonina (PR) que pediu à LPE um queijo, quando internado no Sanatório da Lapa (PR), pouco antes de morrer de grave infecção em ambos os pulmões. A Legião notou que, além de analfabeto ele também “ignorava seu verdadeiro estado de saúde”. A ele também foram fornecidas roupas quentes e suspensórios.

Em 18/08/1947 apareceu Guilherme Airick, que foi identificado como ex-combatente do 1º. Regimento de Infantaria, cujo problema de saúde foi descrito como sendo decorrente de “friagem em campanha”. No mês seguinte foi a vez de Militão Carvalho do 11º. Regimento de Infantaria (“Onze RI” ou simplesmente o “Onze”) que em 22/09/1947 pediu ajuda à LPE informando ter muita dor em suas pernas em decorrência do frio a que se viu exposto em combate nos Apeninos Italianos.

Apenas no mês de novembro de 1947 três veteranos de guerra, todos terceiros-sargentos na Campanha da Itália, se dirigiram à sede da Legião com sintomas de doenças. A LPE anotou - mas não discriminou - as “doenças adquiridas em campanha” nem de Arquimedes Dauer nem de José A. Silva, que procuraram sua sede em 12/10/1947. Esse também foi o caso de Milton Fonseca, três dias depois em 15/10/1947. Já Francisco Leandro Lopes, que na guerra lutou no Onze e compareceu em data incerta à LPE ainda naquele ano afirmou sofrer de reumatismo.

Em 01/12/1947 Lourival Antunes de Oliveira pediu ajuda à Legião para obter transferência da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba para o Hospital Militar de Curitiba (HMC). Ele tinha pneumonia, outra doença frequentemente associada à guerra de inverno travada pela FEB nas montanhas dos Apeninos. Para resolver o problema a LPE solicitou os préstimos do médico Ayssor Jamur, para que ele intercedesse no caso. O nome desse médico aparece com frequência nos documentos da Legião Paranaense do Expedicionário e a ele seria devotada uma comovida e reconhecida homenagem nas páginas do periódico oficial da instituição pouco tempo depois. Também foi fornecido a ele 300 ml de penicilina às custas da Legião.

Em 10/12/1948 foi o veterano da Força Aérea Brasileira José Sarnowski, quem procurou ajuda da LPE. Ele demandava internamento no HMC por conta da perna direita semi-paralisada. O caso seguinte aconteceu em 03/03/1949 quando Floriano Bonadiman com problemas de visão procurou a LPE. Ele foi encaminhado ao oculista Rubens Nogueira de França. Mas também foi constatado um problema nas amídalas, que ficou a cargo do médico Omar Chinasso. Para ele foi buscado o internamento no Hospital da Cruz Vermelha. O ex-combatente Adão Cardoso foi descrito como tendo “precário estado de saúde” além de se encontrar em “estado de miserabilidade”. É significativo que não tenha sido ele, mas sim seu pai, a buscar ajuda na Casa do Expedicionário em 29/11/1955. Nesse estágio da sua história a LPE foi capaz de oferecer ajuda na forma de uma pensão mensal provisória paga pela própria entidade no valor de 200 Cruzeiros, além de encaminhar o processo para obtenção dos benefícios propostos por uma emenda à lei 1095 do Estado do Paraná, que previa o pagamento de pensão aos progenitores dos ex-combatentes da FEB que não pudessem trabalhar para se manter.

O caso extremo de todos encontrados nessa categoria provavelmente é o de Jorge Mayer. Ele procurou a LPE em 12/06/1956 quase cego e paralisado, sendo constatado que ele

estava até então vivendo da caridade pública em Cascavel (PR). A ele foram dadas roupas, cigarros e providenciado corte de cabelo, além de internamento no HMC. A Legião encaminhou também o processo de seu pedido de reforma. O último caso desse tipo é o de Marcos Coutro que contatou a Casa do Expedicionário em 29/04/1958 doente de reumatismo. A ele foram dadas gratuitamente drágeas de feniloma.

Os acidentados e feridos em combate cujo tratamento das sequelas os levaram a procurar ajuda da Legião somam onze casos (1,5% do total), decorridos entre 1947 e 1956. O primeiro caso ocorreu em 19/03/1947 e diz respeito a Leonardo Walczack que na guerra atuou com o 1º. ROAR. Ele tinha o braço direito atrofiado por conta de um tiro acidental disparado em campanha. A legião notou que ele era semi alfabetizado. Foi providenciado o seu processo de reforma como cabo, bem como solicitado emprego em firmas locais. O caso seguinte se deu em 31/07/1947 e se referia ao pedido de internamento no Hospital Militar de Curitiba de Alberto Manica, que na Campanha da Itália atuou no Batalhão de Saúde. Ele padecia dos efeitos de queimaduras que sofreu em um acidente em campanha. Em 13/08/1947 surgiu Raimundo Nonato Monteiro. Ele havia sido ferido na Batalha de Montese (14/04/1945) e passado por um extenso período de readaptação nos EUA antes de retornar ao Brasil. Aparentemente esse esforço de readaptação foi funcional para sua recuperação porque logo a seguir a Legião começou a procurar emprego para ele. Não se sabe em que data Gregório Kiesler, que na Campanha da Itália lutou no 11 RI, procurou a Legião. Ele apresentava sequelas de um ferimento na perna causado por tiro de metralhadora. A LPE o internou no HMC e providenciou sua reforma. Um caso semelhante é o do ex-integrante do 1º. Regimento de Infantaria (1º. RI) Aristides Tissot que em 22/09/1947 procurou a Legião com feridas em combate que lhe foram infligidas num dos ataques ao Monte Castelo que, mais de dois anos depois, ainda estavam supurando. A LPE providenciou seu internamento no HMC e, em seguida, passou a procurar emprego para ele.

Outro caso de ferimento na perna, não resolvido mesmo decorrido tanto tempo desde o fim da guerra, é o de Cipriano Pereira Bueno que em 19/01/1948 foi à LPE reclamar que tinha a receber vencimentos atrasados. A LPE oficiou ao Ministério da Guerra cobrando providências e também lhe forneceu 15 gramas de estreptomicina. Também Antonio Cordeiro dos Santos foi ferido em combate e tornado inválido em função dos ferimentos. Apesar da sua condição consta que em 27/02/1948 a Legião teria começado a procurar-lhe emprego, o que é indicativo das dificuldades de se conseguir a reforma para esses veteranos

de guerra. Mais um caso de ferimentos em combate, em função dos quais apresentava problemas de visão, ocorreu em 11/09/1951 e dizia respeito a Francisco Riske. A entidade providenciou seu internamento no HMC.

Haveriam ainda mais casos de ex-combatentes com sequelas de ferimentos que lhes afetavam ou tiravam a visão. Em 13/12/1951 surgiu o caso de Julio Lopes de Oliveira. Ele foi ferido em um dos ataques ao Monte Castelo e perdeu vista direita, além de sofrer outros ferimentos. A Casa do Expedicionário providenciou para que fosse internado no HMC, além de ter emitido ofício ao Ministério da Guerra no qual solicitava, além da sua reforma, que fossem entregues a esse ex-combatente as Medalhas de Sangue e de Campanha às quais fazia jus já há seis anos, mas que não as havia ainda recebido.

Pedro Loginski perdeu perna em combate e procurou a Casa do Expedicionário em 30/08/1952. Ele desejava auxílio para pagar pelo reajuste de sua perna mecânica, bem como viajar para São Paulo (SP) para resolver assuntos particulares. A LPE o auxiliou diretamente com o dinheiro necessário e também oficiou às Aerovias Brasil para que lhe fosse fornecida uma passagem aérea até São Paulo. O último caso de ferido ou mutilado de guerra atendido pela Casa do Expedicionário ocorreu em 06/01/1956. André Francisco dos Santos foi mais um dos que perdeu sua visão em combate. A Legião conseguiu que ele fosse reformado como 3º. Sargento.

Os problemas psicológicos afetando os ex-combatentes costumam ser descritos como “neurose de guerra”, podendo-se também encontrar expressões como “sofre das faculdades mentais” ou “perturbação mental”. Foram encontrados 15 casos desse tipo (pouco mais de 2%) ao longo do período 1947-1955. O primeiro caso chegou ao conhecimento da LPE em data desconhecida através da mãe do veterano Tomaz de Aquino, natural de Antonina (PR) que na guerra lutou no 6º. Regimento de Infantaria (6º. RI). A LPE apelou aos préstimos do médico Napoleão Teixeira que o internou no Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz (HPNSL) em Curitiba (PR). Não se sabe a data exata do caso seguinte, o de Acácio de Oliveira, natural de Joinville (SC) também diagnosticado como sofrendo das faculdades mentais. Pouco tempo depois o próprio Thomaz de Aquino procurou a Legião em 01/06/1947 sendo novamente encaminhado ao mesmo médico Napoleão Teixeira, que nele aplicou a terapia de choques elétricos. A LPE depois disso ainda conseguiu emprego na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, mas ele abandonou a função, sendo necessário que a Legião pleiteasse junto a ferrovia a sua readmissão. Também se tentou conseguir emprego numa firma privada,

sem sucesso. Finalmente, a LPE atendendo a sugestão do próprio veterano de guerra doou-lhe uma carroça usada e um velho e desgastado cavalo, com o qual oferecia ao público serviços de frete e entregas. Antes disso a Legião também proveu auxílio financeiro para que ele pudesse pagar o enterro de seu filho. O episódio todo é descrito de forma vívida em um artigo da revista oficial da LPE.

Em 31/07/1947 foi a vez de Alcir Martins Bastos, também portador de neurose de guerra, procurar a LPE. Ele reclamava dos vencimentos atrasados a que fazia jus pelo Fundo de Previdência em que foram incluídos todos veteranos de guerra, num montante de recursos equivalente a 1/3 do soldo, que deveriam ter sido pagos quando do retorno ao Brasil. Ele também pedia ajuda para arrumar um emprego. O caso seguinte ocorreu em 09/08/1947 e dizia respeito a Altamirando Sales, um ex-estivador no Porto de Paranaguá (PR) que na guerra lutou no 1º. Esquadrão de Reconhecimento. Ele também sofria das faculdades mentais e, embora pleiteasse internamento no HMC ou no HPNSL acabou deixando a cidade rumo ao Rio Grande do Sul sem retomar contato com a LPE. Em 15/10/1947 surgiu Germano Martins, também descrito como tendo neurose de guerra. A LPE se esforçou por encontrar a família dele, com a qual havia perdido contato. Germano Martins de Blumenau (SC) também tinha neurose de guerra e igualmente acabou perdendo contato com a família. A Legião o atendeu em 15/10/1947 conseguindo contato com seus familiares. Outro que sofria de neurose de guerra era Egildo Betinardi, natural de Piraquara (PR) que procurou a LPE em data incerta. Ele também demandou ajuda para receber vencimentos atrasados, bem como para abrir processo de pedido de reforma. Também Orlando João Ribeiro em 13/04/1948 procurou a LPE visando ser internado no HMC ou no HPNSL para tratar neurose de guerra. Nesse caso até mesmo provar a condição de ex-combatente foi um problema, uma vez que coube a Legião providenciar uma segunda via de seu certificado de reservista. Em data que não pode ser precisada Francisco de Assis Scalari, natural de Itajaí (SC) também portador de neurose de guerra, procurou a LPE para pedir ajuda para montar seu processo de reforma.

O ex-combatente João Batista de Souza Brasil natural de Tomazina (PR) também era portador de neurose de guerra e procurou ajuda da Legião em 19/11/1947 com uma multiplicidade de demandas. Além de internamento no Hospital Colônia Aduauto Botelho, ele demandou ajuda para receber vencimentos atrasados relativos ao tempo da Campanha da Itália (desde outubro de 1944), para obter emprego, soltura da prisão que havia sofrido por embriagues e, finalmente, ajuda financeira para pagar o enterro do próprio pai. A LPE oficiou

ao Ministério da Guerra para pagamento dos vencimentos, conseguiu sua libertação por ser réu primário, e pleiteou colocação para ele na Guarda Cívica do Estado do Paraná. Também Rubens Santos, natural de Antonina (PR) portador de neurose de guerra, em 28/02/1948 demandou ajuda da LPE para ser internado no HMC. Ele também queria reivindicar a posse de uma ilha na Baía de Paranaguá. Mas apenas com a edição da Lei nº 1.147, de 25 de junho de 1950 é que seriam criadas as normas legais que previam a concessão de terras para cultivo por parte de ex-combatentes. Mesmo assim a Legião oficiou a direção das terras sob domínio da União para encaminhar seu pedido.

Oswaldo Miranda de Souza foi outro que sofria de neurose de guerra e que também demandou a LPE em 25/01/1949 seu internamento no HMC. Tais foram também os casos de Estevan Rusik em 23/06/1948, Guilherme Steike em 20/11/1951 e Sestavo Lassoski em 18/05/1955. Todos sofriam de neurose de guerra e a todos a LPE se esforçou por internar para serem tratados no HMC. Para Guilherme, contudo, o auxílio chegou tarde demais: ele se suicidou deixando viúva e duas filhas menores. À Legião restou tentar amparar a viúva, enviando sucessivos ofícios ao Governador do Estado no qual solicitou, inicialmente, emprego como zeladora no Grupo Escolar Prof. Lysimaco Ferreira da Costa em Curitiba (PR) e, posteriormente, sua efetivação como funcionária pública do Estado do Paraná.

A guisa de conclusão pode-se afirmar pelo menos três coisas. A primeira diz respeito à constatação do enorme potencial dos acervos depositados na LPE em Curitiba, capital do Estado do Paraná, para o entendimento do processo de reintegração social dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, cujo levantamento apenas começou. Embora desorganizados e em precárias condições de armazenagem, tratam-se de documentos que podem afetar de forma decisiva a maneira pela qual é entendido e interpretado o processo de reinserção social dos veteranos da Segunda Guerra Mundial no Brasil.

A segunda constatação é o caráter multifacetado, polivalente, híbrido da ação social da LPE e, por decorrência, de todo processo de reintegração social de veteranos de guerra, fato que talvez não esteja sendo suficientemente salientado pelos pesquisadores do tema. Mais do que tudo, porém, e esse é um fato sempre sublinhado pelos gestores da LPE, a entidade agia como um local onde o ex-combatente podia ser acolhido e entendido por indivíduos que partilhavam consigo do mesmo destino: ter sido enviado ao estrangeiro pelo governo de seu país para travar uma guerra no estrangeiro – e ter se defrontado com outro conflito quando do seu retorno: a luta pela sua própria reintegração à sociedade nacional.

Finalmente, cabe afirmar aqui – sempre com base nas evidências legadas pelos arquivos da LPE – que de fato ocorreram significativos custos humanos como decorrência da apressada, politicamente orientada e mal-intencionada desmobilização da Força Expedicionária Brasileira. Muita dor, sofrimento e até mortes poderiam ter sido evitados se o processo de reintegração social do ex-combatente tivesse sido planejado com antecedência, implementado com decisão e se mostrasse sensível ao sofrimento dos que arcaram com o ônus de cumprir com seus deveres para com a Pátria Brasileira nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial, mas que se viram abandonados pelos poderes públicos no seu retorno ao Brasil. A ação da Legião Paranaense do Expedicionário sobre os feridos, doentes e mutilados da Segunda Guerra Mundial, que ainda padeciam das suas sequelas neste período de 13 anos desde o pós-guerra, equivale a 6% dos 719 indivíduos que atendeu no período. Na hipótese deste número ser igualmente válido para o conjunto dos ex-integrantes da FEB temos de presumir que do total de veteranos da Campanha da Itália (25.334 militares) os que continuaram a suportar sequelas de ferimentos, doenças e mutilações após terem sido desmobilizados, pode ter chegado a 1.520 indivíduos. A título de comparação, este total é bem superior a estimativa até aqui disponível, datada de 1960, do número de ex-combatentes julgados inválidos por doença ou ferimentos contraídos *depois* da guerra, calculados em 1.180 (CASTELO BRANCO, 1960; p. 542).

Referências

- AGUILAR, Paloma. Agents of memory: Spanish Civil War veterans and disabled soldiers. In: WINTER, J. & SIVAN, E. (orgs.) **War and remembrance in the twentieth Century**. Cambridge University Press, 2000. Pp. 84-103.
- BRANCO, Manoel Thomaz Castello. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império**. Editora Hucitec, 1996. 333p.
- DORATIOTO, F. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo, Cia. Das Letras, 2002. 617 p.
- EDELE, Mark. **Soviet Veterans of the Second World War: A Popular Movement in an authoritarian society, 1941-1991**. Oxford University Press, 2008. 336 p.
- FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945–2000)**. Londrina, EDUEL, 2012.
- FERRAZ, F. C. & LOCASTRE, A. V. O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira. In: **Militares e Política**, n.º 2 (jan-jun. 2008), pp. 81-98.

- GOMES, Marcelo Augusto Moraes. “**A espuma das províncias**”: um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria na Corte (1864-1930). Tese de doutorado em História, USP, 2006.
- MCCANN, F. **Soldados da pátria**: história do exército brasileiro (1889-1937). São Paulo, Cia. Das Letras, 2007. 706 p.
- MASCARENHAS DE MORAIS, J. B. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo, Progresso Editorial, 1947. P.304.
- NASS, S. F. **Legião Paranaense do Expedicionário – Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses** (1943-1951). Dissertação de mestrado, História, UFPR, 2005.
- OLIVEIRA, Dennison de (org.). **Guia do Museu do Expedicionário 2011**. Curitiba, 2011. Disponível em:
http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2011/10/guia_museu_expedicionario.pdf
Acessado em 14/04/2012
- PHILLIPS, Sarah D. "There Are No Invalids In The USSR!": A Missing Soviet Chapter In The New Disability History. In: **Disability Studies Quarterly**. Vol 29. Num. 3, 2009.
- PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. Um olhar à esquerda: os veteranos da FEB (1942-1952). In: **Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**. São Paulo, ABED, 2012, p. 125.
- ROSA, A. S. **A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira**. Dissertação de Mestrado em História, UFPR, 2010.
- SANTOS, Wellington Corlet dos. **A desmobilização da Força Expedicionária Brasileira e as suas conseqüências político-sociais no Brasil entre 1945 e 1965**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2008.
- SILVA, M.A. P. **Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira: memórias e identidades de ex-combatentes no sul de Mato Grosso**. Monografia de Conclusão de Curso, História, UFMS, 2011.
- VIANA, Renata. **Os ex-combatentes civis da Força Expedicionária Brasileira e a difícil retomada da vida anterior à guerra**. In: OLIVEIRA, Dennison de (org.) **A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas**. Rio de Janeiro, CEPHIMEX, 2012. Pp. 81-87.

Recebido em: 25 de novembro de 2012

Aprovado em: 15 de fevereiro de 2013